



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Lançamento do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania

Reunimo-nos hoje para dar início ao efetivo cumprimento de um dos principais compromissos que assumi com a Nação: criar condições para um ensino básico moderno e para banir de uma vez por todas de nosso dia-a-dia a vergonha do analfabetismo.

Infelizmente, o Brasil nunca foi capaz de construir um sistema de educação que pudesse assegurar à maioria da população meios eficazes de conquista da plena cidadania. Nosso modelo educacional, com inúmeras distorções, contribuiu decisivamente para o agravamento dos contrastes sociais, para uma distância crescente entre as elites e o conjunto do País.

A história de nossa educação excluiu o povo e impediu nosso desenvolvimento integral. Não pode ir para adiante um país em que 20% da população com mais de 15 anos de idade não sabe ler e escrever, em que 40 milhões de brasileiros adultos têm menos de quatro anos de escolaridade, em que 80 milhões têm menos de sete anos. De cada cem crianças que ingressam na escola primária, apenas 22 logram concluí-la, e um número menor ainda chega ao estágio seguinte de ensino. Muitos desses brasileiros, apesar da passagem pela escola, permanecerão analfabetos por toda a sua vida.

«A democracia só se consolida onde as pessoas têm acesso à informação e ao conhecimento.»

A trajetória das poucas nações que lograram sair do Terceiro para o Primeiro Mundo indica claramente que um elevado padrão educacional constitui requisito indispensável para a superação do subdesenvolvimento. O abismo que nos separa da realidade da educação naqueles países reflete a grandeza e a importância do desafio que temos de enfrentar para corrigir esse que é um dos mais graves defeitos da via trilhada pelo Brasil.

As tarefas primordiais que temos hoje consistem precisamente na erradicação do analfabetismo e na universalização do ensino fundamental. O país que não investe nessas duas frentes arrisca-se a ver inevitavelmente comprometidos todos os seus esforços de desenvolvimento, pois é o capital humano que assegura a mobilização das potencialidades de uma Nação.

A origem do analfabetismo pode ser encontrada no quadro sócio-econômico em que vivemos. Na distribuição de renda dramaticamente desigual e injusta. Mas o analfabetismo não é apenas consequência desse cenário lamentável, é também causa do atraso e obstáculo à mudança.

Precisamos aprimorar a democracia e sabemos que ela só consolida onde as pessoas têm acesso à informação e ao conhecimento; onde o homem dispõe dos meios necessários à formação de consciência crítica; onde o cidadão se sente habilitado a opinar e decidir sobre os diversos aspectos da vida nacional e internacional.

O Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania não é um produto acabado que o Governo entrega à sociedade. Trata-se de um projeto de mobilização do País para a vitória nessa guerra que nunca fomos capazes de vencer.

Lançamos agora uma estratégia que rejeita a cultura das dívidas do Estado e obedece a idéia democrática de que quem muda a Nação não é o Governo, mas sim o povo. Vamos fazer

um trabalho que leve em conta as especificidades de cada região, de cada estado e, por que não, de cada município. Vamos acabar com os procedimentos uniformes ditados de Brasília. Porque a realidade não é uniforme. Uniforme deve ser apenas a vontade de mudar, pois nenhum segmento da população brasileira pode sentir-se satisfeito com o que temos. Todos queremos um Brasil melhor, um Brasil novo.

«Até o final do Governo, é nossa meta reduzir em 70% o contingente de analfabetos no País.»

O caminho do debate descentralizado, da concepção e execução de um programa amplamente participativo, talvez não seja o mais fácil e muito menos o mais rápido. O passado deve ter-nos ensinado a desconfiar dos atalhos impostos que, com o argumento da urgência, nos fizeram andar para trás.

O caminho que escolhemos é o da democracia, e é nele que vamos permanecer.

O nosso programa de alfabetização será concebido, e depois avaliado, em assembleias municipais, estaduais e também em Assembleia Nacional. O município será a instância prioritária, pela proximidade com o indivíduo, pelo conhecimento mais direto das necessidades específicas e localizadas. Ao Governo Federal cabe convocar a participação solidária da Nação e trabalhar na compensação das disparidades e na otimização das relações institucionais e do emprego dos meios.

O programa já tem assegurados recursos suficientes, originados do Tesouro Nacional, do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação e do Banco Mundial.

Para se ter idéia da envergadura de nosso programa, convém registrar o comentário da direção geral da UNESCO, segundo o qual, pela abrangência de conceitos, pela dimensão do conjunto de beneficiários e pela perspectiva de continuidade no tempo, o programa brasileiro é o mais amplo projeto nacional

no âmbito do esforço mundial de alfabetização em que está envolvida aquela organização.

Até o final do Governo, é nossa meta reduzir em 70% o contingente de analfabetos do País. Daremos assim um grande passo para o cumprimento da previsão constitucional de acabar com o analfabetismo e de universalizar o ensino fundamental até 1998. Precisamos atacar o problema essencial da educação no Brasil, que é o problema do ensino básico. Proporcionar um mínimo de oito anos de escolaridade aos nossos jovens constitui hoje um imperativo de sobrevivência social e econômica da Nação. Estaremos condenados à estagnação e ao atraso se não iniciarmos imediatamente uma guerra total ao desconhecimento, uma guerra que modifique o perfil educacional da nossa gente, e que nos habilite a competir com sucesso no mundo além-fronteiras. Estamos começando pela erradicação do analfabetismo, e sabemos que há muito mais a fazer, se quisermos que esse esforço tenha conseqüências duradouras.

Para alcançarmos nossos objetivos, teremos de contar com a legitimidade e com a força provenientes do engajamento nacional. Teremos de revigorar a escola pública, provendo-lhe os instrumentos necessários ao desempenho de seu papel essencial e imprescindível. Teremos, ainda nessa ordem de máxima prioridade, de valorizar socialmente a missão do professor, daquele que se dedica, com abnegação e espírito humanista, ao preparo de nossas futuras gerações.

«Mais do que nunca confiamos
no futuro.»

1990 foi declarado o Ano Internacional da Alfabetização. O mundo volta os olhos para a realização dessa tarefa vital à realização do homem.

No momento em que a democracia se generaliza como modelo político, em que a paz se afirma como regra da convivên-

cia entre os povos, em que o respeito ao meio ambiente se consagra como parâmetro do desenvolvimento, e em que a capacitação científica e tecnológica se destaca como fator determinante do progresso, a educação passa a ser uma base cada vez mais indispensável ao surgimento e consolidação de sociedades politicamente livres, economicamente avançadas e socialmente justas.

O Brasil está empenhado, com todas as suas energias, na cruzada pela modernização, pela prosperidade e pelo bem-estar. Mais do que nunca confiamos no futuro. Mais do que nunca acreditamos que iremos confirmar o nosso destino de grandeza, uma grandeza medida pela realização das mais legítimas aspirações de nossa gente, pela afirmação integral de suas melhores qualidades e pela participação mais intensa do Brasil na construção de um mundo de paz, bem-estar social, entendimento e solidariedade.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
no lançamento do Programa Nacional de
Alfabetização e Cidadania, em Brasília, DF,
no dia 11 de setembro de 1990.*